

Ciências da Sustentabilidade em Língua Portuguesa

...POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS...

Livro de resumos
do XXIII Encontro de Estudos Ambientais
dos Países de Língua Portuguesa



EDITORES: LUIZ OOSTERBEEK E HUGO GOMES

Ciências da Sustentabilidade em Língua Portuguesa

...POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS...

Livro de resumos
do XXIII Encontro de Estudos Ambientais
dos Países de Língua Portuguesa

EDITORES: LUIZ OOSTERBEEK E HUGO GOMES



2022

{*Area* domeniu}

15

FICHA TÉCNICA

{*Área doméniu*} 15

Propriedade: Instituto Terra e Memória

Coordenação deste volume: Luiz Oosterbeek e Hugo Gomes

Título: Ciências da Sustentabilidade em Língua Portuguesa ... *POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS*... Livro de resumos do XXIII Encontro de Estudos Ambientais dos Países de Língua Portuguesa.

© 2022, ITM e autores

Design Editorial: Joana Gerardo Rey

Ilustração da Capa: Joana Gerardo Rey

DEPÓSITO LEGAL: 177117 / 02

ISSN: 1645-6947

ISBN: 978-989-53070-6-7

Tiragem: edição eletrónica

Mação, 2022

Refª: Oosterbeek L., Gomes, H. (ed., 2022). Ciências da Sustentabilidade em Língua Portuguesa ...por mares nunca dantes navegados... Livro de resumos do XXIII Encontro de Estudos Ambientais dos Países de Língua Portuguesa.

Mação: Instituto Terra e Memória, série AREA DOMENIU, vol. 15.

Solicitemus permuta | On prie l'échange | Exchange wanted | Tauschverkehr erwünscht | Sollicitiamo scambio

Contactar:

Instituto Terra e Memória

Largo dos Combatentes, 6120—750 Mação, Portugal

itm.macao@gmail.com

www.institutoterramemoria.org

www.apheleiproject.org



Ciências da Sustentabilidade em Língua Portuguesa

...*POR MARES NUNCA DANTES NAVEGADOS*...

Livro de resumos
do XXIII Encontro de Estudos Ambientais
dos Países de Língua Portuguesa

Publicado por:



No âmbito de:



Cofinanciado por:



Em parceria com:



Colaboração:



CIPSH
CONSELHO INTERNACIONAL PARA A FILOSOFIA E AS CIÊNCIAS HUMANAS



Academia Portuguesa
da História



ACADEMIA DE DIREITOS
HUMANOS



ipt



Instituto Politécnico de Tomar
anos de Ensino Superior na Região

O Projeto Geoparque Atlântico na confluência de um conjunto de parcerias para a sustentabilidade

SALOMÉ C. M. CUSTÓDIO (UTAD, UC, CGEO);

(salomec14@gmail.com)

MARIA HELENA HENRIQUES (UC, CGEO);

EMMALINE M. ROSADO-GONZÁLEZ (UTAD, CGEO);

NUNO M. VAZ (UTAD, CGEO);

ARTUR A. A. E SÁ (UTAD, CGEO).

Resumo

A coesão, seja ela territorial e/ou humana, assume particular relevância na atual conjuntura mundial, caracterizada por desafios de várias naturezas, que tendem a desestruturar as sociedades. Neste contexto, torna-se imperativa a implementação de ações que promovam a construção de territórios de resiliência, bem estruturados, bem coesos e capazes de ultrapassar tais desafios em direção a um desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões (CEC, 2008).

O desenvolvimento sustentável é caracterizado como o “desenvolvimento que vai de encontro às necessidades do presente sem nunca comprometer gerações futuras”, sendo que as necessidades ultrapassam simplesmente os bens materiais (Brundtland et al., 1987). Assim, como forma de promoção de desenvolvimento regional sustentável, há que apostar na integração dos valores naturais (bióticos e abióticos) e culturais (tangíveis e intangíveis) de um dado território através da implementação de estratégias que o possam beneficiar, tendo em conta os objetivos inscritos na Agenda 2030, com os quais Portugal e a União Europeia estão comprometidos (UE, 2009).

Um Geoparque Mundial da UNESCO (UGGp), enquanto “área única e unificada onde locais e paisagens de importância geológica internacional são geridos numa conceção holística de proteção, educação e desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2022a), representa uma

solução que vai ao encontro de muitos dos objetivos inscritos na Agenda 2030 (Rosado-González et al., 2020; Silva, 2020).

O Projeto Geoparque Atlântico pretende justamente inventariar, avaliar, conservar e valorizar o território que engloba a região da Bairrada – municípios de Mira, Mealhada e Cantanhede – e a região do Mondego – municípios de Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Penacova – onde afloram geossítios de relevante importância internacional. A esta significativa geodiversidade alia-se uma grande riqueza histórica, social e cultural, que permite lançar as bases para uma futura candidatura deste território a UGGp. Neste trabalho, referem-se as diferentes organizações que, de forma articulada, estão atualmente a implementar iniciativas no âmbito do projeto.

Património geológico e Geoparques Mundiais da UNESCO

O património natural da Terra inclui as componentes abiótica e biótica que devem ser objeto de preservação, nomeadamente através de ações/organizações locais, regionais e nacionais, assim como supranacionais, de que os programas atualmente em curso da UNESCO constituem exemplo.

A componente abiótica do património natural reflete-se na sua geodiversidade, que pode ser definida como a variedade de características/feições geológicas que podem ser identificadas num determinado território e tendo em conta a respetiva frequência e distribuição, bem como a sua expressividade enquanto reflexo da evolução geológica desse mesmo território; quando detentoras de valor científico, educacional e turístico tais elementos geológicos assumem valor patrimonial e integram o património geológico da Terra (Gray, 2004; Carcavilla et al., 2007; Brilha, 2016).

Da necessidade de salvaguardar o património geológico da Terra emergiu o conceito de geoparque, cujos fundamentos históricos remontam à Convenção de Digne (1991), que aprovou uma declaração internacional de proteção do património geológico como legado para as gerações futuras (IDRME, 1991). O vínculo da UNESCO com os geoparques iniciou-se oficialmente em 2004. No entanto, inúmeras iniciativas prévias, como por exemplo a criação da Rede Europeia de Geoparques, em 2000, contribuíram para o comprometimento da UNESCO com a dinâmica dos geoparques.

Na atualidade, existem 177 UGGps em 46 países que fazem parte da GGN (UNESCO, 2022b). Portugal conta atualmente com cinco territórios designados – Açores UGGp (2013), Arouca UGGp (2009), Estrela UGGp (2020), Naturtejo UGGp (2006) e Terras de Cavaleiros UGGp (2014) e com alguns projetos aspirantes.

Crítérios para o estabelecimento de um Geoparque Mundial da UNESCO

A atribuição da chancela de UGGp a um determinado território requer o cumprimento de diversos critérios, nomeadamente ao nível do património geológico, da gestão e envolvimento local, do desenvolvimento económico, da educação e, por fim, ao nível de proteção e conservação (UNESCO, 2010; 2022c). Assim, esta investigação assume como referencial metodológico as orientações subjacentes à UNESCO no que se refere aos UGGps (UNESCO, 2018).

No que diz respeito ao nível da gestão e envolvimento local de um UGGp, a UNESCO obriga ao estabelecimento de um sistema de gestão eficaz juntamente com um programa estratégico para a sua implementação no território. Ou seja, a presença de ocorrências geológicas com relevância internacional, só por si, não é suficiente para garantir a chancela de UGGp. É necessário garantir que as feições geológicas e não geológicas dentro da área de um UGGp sejam acessíveis aos visitantes, ligadas entre si e geridas através de um órgão de administração próprio. Este tem de garantir uma gestão eficaz, infraestruturas adequadas, pessoal qualificado e ainda apoio financeiro sustentável. Deve também ter em conta as especificidades do território e dos habitantes locais, razão pela qual tem de contar com o apoio dos líderes políticos e de toda a comunidade do território (UNESCO, 2010; 2022c).

Assim, o estabelecimento de um UGGp deve ser baseado no envolvimento da comunidade local, desenvolvido através de um processo de bottom-up e com apoio de políticos e líderes locais de modo a promover, em todo o território, o desenvolvimento socioeconómico e cultural. A proposta para a criação de um UGGp deve, portanto, emergir das comunidades/autoridades locais que assumam o forte compromisso de desenvolver e implementar um plano de gestão que atenda às necessidades

sociais e económicas da população local, protegendo em simultâneo a paisagem em que vivem (UNESCO, op. cit.).

Projeto Geoparque Atlântico: as parcerias de base

O território em estudo, que ocupa uma área de 1452 km², integra um conjunto de municípios geograficamente próximos e interligados, cuja diversidade sempre foi fortemente influenciada não só pela geologia de cada município, mas também pelas diferentes formas de utilização dos respetivos recursos naturais pelos seus habitantes, incluindo os recursos geológicos. A implementação de um projeto que, tendo por base o seu património geológico, permita a valorização estratégica regional, requer a coordenação de uma organização de base local e profundamente comprometida com as necessidades da população local, que garanta a integridade física daquele património.

A Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e do Mondego (AD ELO) surge precisamente nesse contexto. Trata-se de uma comunidade local, credenciada como Agência de Desenvolvimento Local, cujo objeto social é "(...) o desenvolvimento local e regional integrado, através de uma dinamização socioeconómica e cultural, mediante o apoio às atividades produtivas e prestação de serviços nos domínios da formação profissional, dos recursos humanos, da difusão de informação, animação local, mediação entre entidades, apoio técnico e avaliação de ações", que privilegia "(...) os meios rurais promovendo e valorizando os recursos endógenos" (AD ELO, 2021; 2022).

A AD ELO representa a dimensão política do Projeto Geoparque Atlântico, cuja génese remonta à assinatura do memorando de entendimento que formaliza a criação do Projeto entre os responsáveis dos municípios de Mira, Mealhada e Cantanhede, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Penacova, que ocorreu em 21 de abril de 2021.

Para garantir a assessoria científica do projeto a AD ELO assinou um protocolo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o contributo imprescindível da Cátedra UNESCO em "Geoparques, Desenvolvimento Regional Sustentado e Estilos de Vida Saudáveis". Este protocolo visa a inventariação, avaliação e conservação do património natural, particularmente do património geológico, do território

abrangido pelo Projeto Geoparque Atlântico. Tais tarefas contam com o apoio de investigadores do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, e incluem a formação avançada de recursos humanos.

Conclusões

Em conclusão, a consagração de um UGGp representa um enorme desafio e um caminho árduo a percorrer. Para além do reconhecimento da existência de património geológico de relevância internacional é fundamental a criação de uma estrutura de gestão capaz de exercer as funções inerentes a um geoparque: promover a geoeducação e o geoturismo, para além de garantir a integridade do seu património geológico. O Projeto Geoparque Atlântico dispõe já de um conjunto de parcerias de base para pôr em prática uma futura proposta a UGGp, cuja materialização requer o envolvimento crescente de toda a comunidade em torno desse desafio.

Agradecimentos

Este estudo é financiado pela: i) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/ Centro de Geociências com uma Bolsa de Investigação [BI/UTAD/96/2021, ii) Fundos portugueses da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito do projeto estratégico UIDB/00073/2020 e UIDP/00073/2020 da Unidade de I&D Centro de Geociências (Universidade de Coimbra – Portugal).

Esta investigação é uma contribuição da Cátedra UNESCO de “Geoparques, Desenvolvimento Regional Sustentável e Estilos de Vida Saudáveis”, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e para as atividades do Comité Português para o Programa Internacional de Geociências (IGCP).

Referências bibliográficas

ADELO (2021). Projeto: “Geoparque Atlântico”. [https://www.adelo.pt/index.php/component/content/article/34-destaques/471-projeto-atlantic-geopark-geoparque-do-atlantico-criacao-de-um-geoparque-](https://www.adelo.pt/index.php/component/content/article/34-destaques/471-projeto-atlantic-geopark-geoparque-do-atlantico-criacao-de-um-geoparque)

-no-territorio-de-intervencao-da-ad-elo?Itemid=606
(última visualização 05/09/2022).

AD ELO (2022). <https://www.adelo.pt/index.php/adelo/adelo-apresentacao> (última visualização 04/09/2022).

BRILHA, J. (2016). **Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a Review.** *Geoheritage* (8), pp. 119-134.

BRUNDTLAND, G. et al. (1987). **Relatório Brundtland - Our common future. Comissão Mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento,** Oslo, 374p.

CARCAVILLA, L., LÓPEZ-MARTÍNEZ, J. & DURÁN, J.J. (2007) **Patrimonio geológico y geodiversidad: investigación, conservación, gestión y relación con los espacios naturales protegidos.** Instituto Geológico y Minero de España, Serie Cuadernos del Museo Geominero, nº 7, Madrid, 360 p.

CEC, (2008). **Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia – Tirar Partido da Diversidade Territorial. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu,** COM (2008), 616p, Bruxelas.

Gray, M. (2004). **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature.** John Wiley & Sons Ltd

IDRME, (1991). **“International Declaration of the Rights of the Memory of the Earth”** <https://www.visitgeoparks.org/geopark-history> (ultima visualização em 15/03/2022).

ROSADO-GONZÁLEZ, E. M., SÁ, A. A. & PALACIO-PRIETO, J. L. (2020). UNESCO Global Geoparks in Latin America and the Caribbean, and Their Contribution to Agenda 2030 Sustainable Development Goals, *Geoheritage*, 12, 36.

SILVA, E. (2020). The contribution of the European UNESCO Global Geoparks for the 2030 Agenda for Sustainable Development – a study based on several data sources. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.

UE, (2009). *Tratado de Lisboa*. 1ª ed. Luxemburgo: Gabinete de Publicações Oficiais das comunidades Europeias.

UNESCO, (2010). Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's assistance to join the Global Geoparks Network (GGN), pp. 1-12.

UNESCO, (2018). Application dossier for UNESCO Global Geoparks. <https://en.unesco.org/globalgeoparks/how-to-become-geopark> (última visualização em 29/06/2022).

UNESCO, (2022a). <https://en.unesco.org/global-geoparks> (última visualização em 29/06/2022).

UNESCO, (2022b). <https://en.unesco.org/global-geoparks/list> (última visualização em 29/06/2022).

UNESCO, (2022c). <https://en.unesco.org/global-geoparks/how-to-become-geopark> (última visualização em 29/06/2022).